

A BIOGRAFIA E A HISTÓRIA

TERESA MARIA MALATIAN
UNESP/FRANCA

Por que Biografar?

A multissecular desconfiança para com este gênero sedutor, afinal, os indivíduos fazem ou não a história? O gênero apresenta ainda possibilidades, ainda que tenha sido bastante criticado? O *Catálogo Brasileiro de Publicações* em 1994 registrava um crescimento de 55% das obras sobre o tema em relação a 1987 (Schmidt, 1997, p.1).

A biografia como tendência historiográfica

O estatuto da biografia em História

A biografia nunca esteve ausente das reflexões historiográficas ou das práticas profissionais dos historiadores, mas muitas vezes se fez acompanhar de um mal-estar explícito ou implícito.

Como assinala Momigliano, em *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne* (1983), trata-se de gênero antigo que conservou fronteiras fluídas com o campo do conhecimento histórico. Já na Antigüidade, despertava a desconfiança de autores como Tucídides e Políbio, que lhe atribuíam o estatuto de território sujeito à exaltação tendenciosa de um indivíduo, grupo de indivíduos ou causa. Entre a biografia e a História há um abismo de insegurança e fragilidade diante do problema da verdade da narrativa, sem contar que à primeira se reservava o estudo dos fatos e gestos dos indivíduos, enquanto à segunda cabia o relato dos acontecimentos coletivos (Levillain, 2003, p. 145).

Plutarco (45-125) construiu um modelo ao traçar as Vidas paralelas nas quais procurava evidenciar as virtudes dos homens de ação, que agiam de modo correto “no interior de duas civilizações idealizadas, a da Grécia e a de Roma”, tentando com isso escrever uma História moral estruturada em personalidades exemplares (Levillain, 2003, p.149).

Sem a pretensão de percorrer de modo enciclopédico esta trajetória, é importante lembrar que a suspeita e a ambigüidade tiveram em Suetônio (75-160) uma tentativa de estabelecimento de distinções, com a individualização da biografia na direção de torná-la mais confiável, mediante desmistificação e recusa do elogio na *Vida dos doze Césares*.

Desde a Antigüidade greco-romana construíram-se, pois, referências importantes para um gênero que nunca cessou de ser cultivado, ainda que atravessando altos e baixos na sua aceitação e viradas em sua concepção, como ocorreu com as hagiografias medievais.

A construção do indivíduo na Idade Moderna se fez acompanhar pelos trabalhos modelares de tipo biográfico, como *O século de Luís XIV* ou *Carlos XII da Suécia*, de que se ocupou Voltaire (1694-1778). O herói foi colocado por ele no centro da História em trabalhos modelares.

Na primeira metade do século XIX inspirou Carlyle a servir-se da biografia para questionar a linearidade tradicional

da história factual. Para dar à História volume e profundidade, utilizou o herói como meio de expressão do fluxo caótico e aleatório da vida e do acesso ao universal e, com esse intuito, produziu estudos notáveis como *A Vida de John Sterling* e a *Biografia de Cromwell*. O herói individual, sujeito de exaltação, foi por Carlyle encarregado de exprimir sua época e, assim, a História se tornou o campo de confronto de personalidades heróicas, cada uma com sua função profética enquanto encarnação das forças do Espírito, entendidas como religião, “o fator principal na vida do homem”. Entre eles, o herói demiurgo seria capaz de dar sentido à história e forçar o destino. Em sua obra de referência e exaltação do idealismo, *Os heróis e o culto dos heróis*, atribuiu aos indivíduos excepcionais um papel na História da humanidade, confundindo-a com a dos “grandes homens que trabalharam a terra: eles foram os condutores, os modeladores, os padrões e, num largo sentido, os criadores de tudo o que a massa geral dos homens procurou fazer ou atingir” (Carlyle, [s.d.], p. 9).

Nos cinquenta anos que se seguiram, duas posturas teórico-metodológicas viriam abalar tais convicções: de um lado, a de Michelet que colocou em primeiro plano da reflexão histórica os valores coletivos, expressos pelo povo, deixando aos indivíduos o papel de representantes de paixões coletivas; de outro, a de Marx que colocou no centro, na História, as classes sociais, reduzindo drasticamente o papel dos indivíduos no discurso histórico, ainda que se ocupasse dele pontualmente, como em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1986).

Não obstante, Taine e Renan percorreram o século do nacionalismo preocupados com a concepção do grande homem como produto da raça, do meio, do momento, o homem-partícula, o átomo social que tributou ao romantismo a mudança de sentido da biografia: a tensão entre indivíduo e sociedade privilegiou a primeira e a biografia visava encontrar no destino individual a força do contexto geográfico, cultural, histórico, social.

Ainda que os *historiadores metódicos* (Monod, Langlois, Seignobos,

H.Berr) criticassem os historiadores românticos e sua imagem do herói como exterior à massa humana, que realizava os desígnios da Providência, do progresso, e da oposição de Durkheim e sua desconfiança em relação ao sujeito individual quanto a seu papel na História, o século XIX continuou campo fértil para os estudos biográficos. A biografia constituía um passatempo de homens cultivados, literatura prestigiosa de acadêmicos, praticada por políticos, advogados, notáveis e letrados em geral, sem alcançar estatuto de cientificidade, como, por exemplo, a biografia de Albert de Broglie.

Além disso, autores inseriram estudos biográficos ao longo de seus escritos mais generalizantes, como Jaurès que, ao escrever a *História da Revolução Francesa*, deu primazia às formas sociais, mas não desmereceu as personalidades individuais e suas relações com os movimentos de fundo, provocados pelas condições de produção e troca. Sua História pretendia ser materialista como queria Marx, lírica como fizera Michelet e heróica como praticara Plutarco.

Neste esboço historiográfico, os *Annales* ocupam uma posição central, pois a esse grupo são atribuídas diversas negações: do indivíduo e da política, principalmente. Inegável que desde Febvre e Bloch, a história se torna território das massas, dos grandes movimentos econômicos e sociais. No entanto, o grupo fundador da revista não conseguiu – se é que o desejou – realizar uma virada antibiográfica. Há consciência das dificuldades do gênero: Febvre apontou os problemas, perigos e tentações da biografia individual, mas escreveu, entre outros textos, *Martinho Lutero, um destino*, e *A religião de Rabelais*. Sua contribuição ao gênero consistiu em esclarecer trajetórias individuais rompendo, no entanto, com a concepção de heróis super-homens e centrando a análise na utensilagem mental específica de um período e de um grupo de homens, preparando assim terreno para o estudo das chamadas mentalidades.

Em *Martinho Lutero, um destino* (1994), Febvre explicitou sua concepção do gênero na perspectiva renovadora que

logo seria veiculada pelos *Annales HES*: trata-se de fato de um personagem excepcional e que poderia implicar um juízo, se o biógrafo enveredasse pelos conflitos religiosos, mas a ótica de Febvre foi a da compreensão em exemplar lição de método. Sua pretensão:

desenhar a curva de um destino que foi simples mas trágico; marcar com precisão os poucos pontos verdadeiramente importantes por que passou; mostrar como, sob a pressão de que circunstâncias, o seu entusiasmo inicial teve de enfraquecer e inflectir o traçado primitivo; por assim, a respeito de um homem de uma singular vitalidade, esse problema das relações do indivíduo e da coletividade, da iniciativa pessoal e da necessidade social que é, talvez, o problema capital da história. (Prefácio à 1ª edição, 1945, p.11)

Ao utilizar o procedimento biográfico, Febvre combinou erudição e História-problema para evidenciar uma postura epistemológica: “se os homens fazem a História, só o historiador sabe a Histó-

ria que eles fazem e, conseqüentemente, é a deles” (Levillain, 2003, p.149).

Hoje, oitenta anos decorridos, ainda nos debatemos com as mesmas questões metodológicas: a necessidade de escolhas na trajetória de vida, para a composição do relato biográfico; como e quando iniciá-lo; o período a ser trabalhado como relevante...A vida de Lutero nesta biografia desenvolve-se até 1525, quando ocorre o que Febvre denomina “recuo sobre si”, “retirada” ou “refúgio em si mesmo”, conforme as diversas traduções possíveis da palavra *repli*.

Marc Bloch igualmente se manteve próximo do gênero, ao estudar Filipe II e o franco-condado, onde abriu novos caminhos para a biografia, ao se ocupar do papel dos indivíduos, ainda que inserido no quadro das estruturas agrárias da sociedade feudal. Em *Apologie pour l’Histoire* (1997) chegou mesmo a defender o papel dos indivíduos na História como necessário, em *L’étrange défaite* (1990) refletiu sobre o papel do testemunho e foi um dos primeiros a preconizar o abandono das personalidades excepcio-

nais e sua substituição pelas personagens secundárias, que seriam mais reveladoras de uma época ou de um meio. Inclusive, propôs que os historiadores deveriam, em lugar de se aterem aos grandes pensadores, frequentar os chamados autores de segunda ordem.

Em suma, não houve entre os *Annalistas* da primeira geração ruptura com o gênero biográfico, mas, sim, um ajuste da abordagem ao novo campo teórico e metodológico que se abria para a temporalidade ampla, o econômico e o social. A biografia que daí resultou caracterizou-se pela recusa dos exageros laudatórios do século XIX e pela busca de adequação a paradigmas historiográficos voltados para uma História objetiva, as mentalidades, os atores coletivos que, no entanto, reservavam um espaço e um protagonismo aos sujeitos individuais.

Na geração de Braudel, que liderou a chamada Escola dos Annales, após a Segunda Guerra Mundial, a desconfiança em relação à História do indivíduo foi o contraponto da postura que privilegiou as estruturas e a temporalidade lon-

ga, ainda que seu estudo sobre o mundo mediterrâneo comportasse a dimensão individual da atuação de Felipe II, e nela constituísse um ponto interessante, o espaço biográfico reservado na obra à duração curta, ao evento, à História que se desenrola em velocidade maior que a das estruturas e conjunturas.

Com os avanços da historiografia de base marxista e do estruturalismo na universidade, o gênero biográfico teve seu espaço após Segunda Guerra Mundial. A ênfase na História serial de Chauvin (1978) só fez aprofundar, nas décadas de 1960 e 1970, a minimização da presença dos sujeitos coletivos em favor dos dados quantitativos.¹ Foi o apogeu da desclassificação da biografia, que no entanto, teimosamente, continuava sendo produzida pelos que afrontavam as críticas, ao mesmo tempo em que uma reação veio dos questionamentos decorrentes da crise do marxismo, do estruturalismo e de inovações em direção à revalorização do indivíduo na História.

Era preciso responder às críticas que incidiam sobre o gênero em sua excessiva valorização da personalidade e da importância do sujeito individual, o perigo do falseamento das perspectivas e a heroicização dos indivíduos. Bourdieu foi um dos que se manifestaram nessa direção - *L'histoire de vie est une de ces notions du sens commun qui sont entrées en contrebande dans l'univers du savant* (Bourdieu, 1962/1963).

Os “retornos” da História: do indivíduo, do político e da narrativa

Outra crítica bastante desabonadora consistia na acusação de a História de vida pressupor noções mal definidas de coerência, continuidade do eu, identidade. Em resposta, Chartier foi um dos raros teóricos a lembrar que sociedade, classe e mentalidade, que tendiam a substituir os indivíduos na análise, eram frequentemente tratados pela historiografia

como heróis individuais, com as mesmas ilusões de reconstituição e inteligibilidade linear (1991).

O gênero continuava a ser praticado, porém desvestido de glórias universitárias até que a reação, nas décadas de 1980 e 1990, acompanhou o florescimento da História narrativa, da valorização do indivíduo, que encontrou novamente espaço emergindo das estruturas e das classes sociais. Bloch, Febvre e Michelet foram revisitados em busca de inspiração. Um dos direcionamentos foi a História do movimento operário que originou o dicionário biográfico específico de Jean Maitron (1992), no qual militantes obscuros dividiram a atenção dos historiadores com os célebres. A História dos “de baixo” acompanhou também a onda da História Oral, que se centrou na construção de trajetórias individuais nas chamadas histórias de vida.

Os historiadores formados na tradição dos *Annales* enfrentaram o gênero e produziram obras de peso, como Duby,

¹ Grande parte dessas considerações vêm de CANDAR, Gilles. *Le statut de la biographie*, 2000. Disponível em: www.irmcmaghreb.org.

em *Guilherme o marechal...* (1995) e Le Goff, com o São Luís (1996), de que falarei adiante. Com eles a biografia ganhou prestígio na historiografia universitária, que passou a validar o gênero. Em lugar da linearidade factual da curta duração centrada na cronologia do tempo curto da vida do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político, social, cultural, no qual se insere e desenvolve uma vida e que esclarece trajetórias num campo de possibilidades de escolhas e de exploração, no qual se exerce a ação individual.

A micro-história de Ginzburg, *O queijo e os vermes* (2002) e de Giovanni, *Le pouvoir au village* (1989), igualmente, favoreceram o gênero.

Nesse processo, Chartier foi também decisivo ao apontar a similitude dos procedimentos da disciplina histórica a serem observados em qualquer tipo de estudo, sujeito a incertezas, dúvidas e instabilidades (1998).

A menor ênfase na História quantitativa e serial, com seus ciclos e mo-

vimentos demográficos, o “retorno” do político reabilitado juntamente com o da curta duração do evento e o retorno da narrativa, possibilitaram um novo interesse pela escrita de si, pela vida cotidiana, dos costumes, dos homens comuns, mas também para o indivíduo e seu papel na História, em confronto com a sociedade, que coloca para o historiador do gênero a questão da liberdade de escolhas, as relações entre fenômenos coletivos e estratégias e comportamentos individuais, traduzidos em escolhas que não são inapelavelmente marcadas pela sociedade (Dumont, 1983).

Em suma, a chamada crise dos paradigmas marcou o conhecimento histórico nas últimas duas décadas, ao questionar o valor analítico de estruturas e relações, modos de produção e história serial, recuperando os sujeitos individuais, estudos de caso e a micro-história. Mais descritiva e narrativa que analítica, enfocando o homem mais que as circunstâncias, incorporando aportes da literatura, a historiografia com seus diversos “retornos” abriu novamente espaço para

a biografia (Schmidt, 1997).

A força do retorno do gênero biográfico veio dos questionamentos sobre como distinguir o indivíduo na sociedade, na qual as análises até então mais validadas o diluíram. A tentativa de redução da concepção “hipersocializada do homem”, tal como praticada pelo marxismo e pelo estruturalismo, enveredou também pela análise psicológica que foi centrada na subjetividade da pessoa (Gay, 1999) e pela afirmação de sua autonomia na sociedade. Até mesmo as descobertas da genética têm sido chamadas para explicar os jogos entre indivíduo e sociedade, entre o hereditário e o adquirido, entre patrimônio genético e a vida socialmente construída, a exemplo do que alimentou o chamado caso Lisenko (Levillain, 2003, p.168-70).

Escrita de si - fontes para a biografia

Desde as décadas de 1970 e 1980, a *escrita de si* vem alcançando grande popularidade, abrigada pela literatura,

pela mídia, nas ciências humanas e nas práticas de formação. Autobiografias, diários e correspondências constituem assim um campo imenso de possibilidades para o historiador em seu intuito de construção de biografias. Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que a autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se, deste ponto de vista, de escritas de si nas quais o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo no qual se movimenta.

Na *literatura*, as obras de caráter autobiográfico se publicam em toda parte, colocando ao alcance do público histórias de vida em escritos tão diversos como a autobiografia literária, a autobiografia intelectual, o diário íntimo, o diário de pesquisa, o diário de escritor, os relatos de viagem, a correspondência e as memórias, em geral, enunciados na primeira pessoa, embora por vezes na segunda ou mesmo na terceira, visando à construção de um relato a ser recebido como verídico pelo leitor.

Na *mídia* as condições e formas

de escritas de si alcançaram a plethora: estrelas do mundo das artes, dos esportes, personagens da política, intelectuais, sem esquecer os anônimos “homens comuns”, personagens construídos a longo ou curto prazo inundam em longos relatos ou em curtos fragmentos, jornais, revistas, documentários, *reality shows*, novelas, TV, rádio, *web*, nas quais a exposição da vida privada se oferece ao consumo de multidões.

As razões desse movimento podem ser localizadas numa angustiante busca de elementos identitários que desloca o reconhecimento de si no conhecimento do outro que se torna tempo familiar sem perder a distância física, presentificados pela atividade midiática que permite até o acompanhamento do cotidiano em tempo real dos que se colocam diante da tela da TV.

Nas *ciências humanas*, as abordagens de histórias de vida cresceram enormemente desde que a Escola de Chicago elegeu a vida dos imigrantes como significativa para a compreensão da sociedade norte-americana e lhes deu a palavra.

A história de vida e os documentos que a iluminam (cartas, diários íntimos) alcançam o estatuto de objeto científico no qual a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito (Lewis, 1970).

Em reação aos modelos teóricos totalizantes da vida social, como o marxismo e o estruturalismo, e aos métodos quantitativos, o relato de vida foi redescoberto na Europa gerando, nos anos 1970, as reflexões pioneiras na França de Daniel Bertaux sobre a aproximação biográfica. Os trabalhos sociológicos nesta vertente abrigaram a maior parte da produção do gênero e alcançaram, nos anos 1980, grande expansão e reflexões metodológicas sobre o estatuto dessa história e seu valor como documento confiável para o conhecimento reconhecido como científico.

Uma quarta dimensão da escrita de si na contemporaneidade consiste na sua utilização no campo da *formação*, uma vez reconhecido seu papel como “arte formadora da existência”, como afirma Gaston Pineau em *Práticas de*

formação (1996). Logo apropriado pelas teorias e práticas educacionais, inclusive no Brasil, este entendimento vem sendo utilizado como estratégia de reajuste permanente do indivíduo às intensas e velozes transformações sociais do mundo contemporâneo, de modo a preservar sua própria historicidade e sua posição de sujeito histórico pela constante utilização de referentes identitários.

O crescimento do gênero remonta ao século XIX, quando preenchia funções definidas como educação de si, interiorização de normas de convivência em determinados meios sociais, além de satisfazer à fome de intimidade e privacidade que acompanhou a implantação da ordem burguesa. Hoje, se os diários íntimos e as cartas perderam espaço na vida cotidiana, a busca de histórias de vida afirma o predomínio da subjetividade e do individualismo a que corresponde o fracasso do *welfare state* e dos regimes socialistas. O encolhimento do espaço público, a fragmentação da subjetividade em diversos espaços, a busca identitária exacerbada constituem o contraponto ao

esvaziamento dos projetos coletivos e ao desencantamento do mundo nas últimas quatro décadas.

A redescoberta do indivíduo e dos traços de sua trajetória individual tem sido cada vez mais valorizadas, como nos relatos sobre o Gulag e outras experiências extremas revisitadas. A história do “povo comum” igualmente contribuiu para a releitura de diários, cartas e textos memorialísticos em sua possibilidade de contribuição para a recuperação dos protagonismos individuais e de releituras da história segundo diversas ópticas.

Do contato com a escrita de si em suas diversas modalidades, aflora a constatação de ser este um território marcado pelas tensões entre indivíduo e sociedade, pela dificuldade de se estabelecer limites entre ação individual e ação coletiva, pelo questionamento da liberdade de ação e do papel impositivo de grupos sociais e construções coletivas da cultura (Montagner, 2007).

Uma possibilidade seria uma abordagem literária das filiações que circunscrevesse o campo histórico e formal

do gênero autobiográfico. Ou, uma abordagem antropológica que inscrevesse os textos no contexto de sociedades e mentalidades nos quais foram gerados.

Essas duas posições sinalizam a diversidade de constituição do objeto, porém ambas podem estar presentes e se complementar, para que se possa analisar e usufruir dos relatos pelos quais o indivíduo fala de si em determinadas condições sociais (econômicas, políticas, sociais, culturais), e constrói uma relação identitária consigo mesmo, que Foucault denomina práticas de si.

A historiografia apropria-se de tais abordagens e as reconstitui de modo que o discurso de si, considerado na dimensão histórica, releva de cada época, em cada sociedade, as relações do público e do privado, da coletividade e do indivíduo, da singularidade e da pluralidade, do indivíduo consigo mesmo. Importa ocupar-se de discursos codificados historicamente e que são, portanto, portadores de relações de força e de consciência de si. Trata-se de ter constantemente em presença as formas como o indivíduo e

sua identidade são permanentemente inventadas e reinventadas: discursivas e materiais (suportes e técnicas de escrita da palavra), com mediações exteriores (a cidade, a religião, o poder), numa prática que é sempre implícita ou explicitamente coletiva.

Dito de outra forma, a construção do discurso que carrega a construção de si não pode ser abstraída das formações históricas que regem a vida dos homens em sociedade e, ao mesmo tempo, do modo como grupos constituem práticas de si, as quais se traduzem nas representações do eu fixadas nos relatos. Pode-se rastrear desde a Antiguidade tais práticas que passam pelo mundo greco-romano como os relatos militares de Júlio César, por exemplo, e prosseguem ao longo dos séculos pelas confissões tão caras ao Cristianismo até alcançar sob múltiplas e variadas modalidades o quadro atual descrito.

Do ponto de vista metodológico trata-se de considerar com Henri Lefèbvre, em *A soma e o resto* (1989), a existência de um espaço-tempo interior que

se traduz em momentos nos quais o indivíduo constrói sua experiência, a qual o individualiza, o singulariza num campo de relações.

É esta perspectiva que permite ao historiador considerar os momentos vividos como diretrizes da temática biográfica, superando a linearidade factual da narrativa, para proceder a uma operação historiográfica de tematização da existência individual, segundo o grupamento das experiências do objeto em torno de certos pontos de ancoragem específicos que podem se justapor ou desaparecer, mas que marcam seu ser no mundo. Isto é particularmente constatável no momento da escrita de si, quando o indivíduo experimenta a imersão – de extensão temporal variável – num trabalho de criação específico e distanciado, mas ao mesmo tempo próximo de outros momentos naquele instante revisitados e reelaborados, colocando à luz esse eu construído antes de tudo para si mesmo, buscando elucidar o enigma de sua própria existência (Delory-Momberger, 2000, p.11).

Peter Gay, em *O coração desvela-*

do, assinala o espaço socialmente reservado à escrita de si no século XIX na Europa, quando diários, cartas e memórias ao contarem “realidades interiores” reproduziam experiências individuais, nas quais fantasias e “realidades” se mesclam num jogo de ocultamento/revelação sempre apresentado como um compromisso com a verdade, cuja enunciação ao leitor constitui verdadeiro deleite. A partir de uma abordagem psicanalítica, Gay sinaliza o cuidado a ser tomado pelo historiador com as poses, as táticas evasivas, a exposição e a proteção do eu dirigida a um público seletivo (1999, p.71-177), que mais oculta do que revela o verdadeiro “eu”. Suas constatações foram baseadas em documentos produzidos durante a chamada era vitoriana que muito diferem dos hodiernos caminhos de escançamento da vida privada, em seus detalhes mais íntimos, pois eram altamente codificados com regras explícitas acerca do decoro a ser mantido, dos assuntos considerados tabus, do grau de expansão do eu conforme o leitor potencial. Mas se o método psicanalítico é de difícil

absorção pelo historiador, sua proposta metodológica não deixa de ser notável, por abrir um campo de possibilidades de análise das motivações subjetivas na elaboração da escrita de si e que, se levadas em conta, podem contribuir para a crítica do documento retirando-lhe uma postura ingênua ou desavisada num momento em que mais do que nunca se instalou um “apetite biográfico” (p.169).

Na mesma linha, Artières, em *Arquivar a própria vida* (1998), assinala na escrita de si a presença de três elementos: a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica. Em todos eles, a intenção de tomar distância em relação a si mesmo se impõe no diálogo entre o narrador e o leitor, no aludido jogo de ocultamento/revelação.

Como biografar

A tarefa de construção de biografias pelo historiador coloca em questão direcionamentos a serem observados desde a escolha do personagem, em função da sua atuação ou de qualidades que

possam estabelecer identificações projetivas importantes. Biografar indivíduos vivos ou não? Qual o grau de exaustão do “eu” que a biografia comporta? Como biografar sem criar “tipos”? Como biografar sem cair nos elogios ou julgamentos?

Não há muito como eludir a forma narrativa e cronológica que permite o acompanhamento da trajetória do personagem e o estabelecimento de “marcos temporais entre acontecimentos e história individual”. Constitui, portanto, característica da biografia a narrativa que deve levar em conta o recorte temporal da história de uma vida (Abreu, 1998). Tal constatação não implica o uso exclusivo do método discursivo, factual, centrado na existência individual.

Considerada por muitos historiadores como uma *arte* (Oreux, in Duby et al., 1986), a biografia exige do pesquisador um cuidado que de resto não se distancia daquele que é devido a qualquer outro tipo de discurso histórico, e que caracteriza a *disciplina histórica*: a compreensão, a aproximação do perso-

nagem até a impregnação como ponto de saturação, ideal para que se possa escrever sobre ele, o trabalho crítico sobre testemunhos diferentes e contraditórios, para que se amplie o enfoque analítico e se possam alcançar tanto aspectos desconhecidos de sua vida como ultrapassar sua opacidade para seus contemporâneos e mais próximos.

Entre histórias de vida individuais e prosopografias (notícias biográficas individuais que se confrontam para que mediante amostras se possam estabelecer tipos, salientar traços comuns), o gênero se mantém próximo da literatura e, por isso mesmo, a solicitar atenção redobrada do historiador.

Da literatura têm sido incorporados técnicas e recursos estilísticos como o *flashback* (Duby, 1995), elementos ficcionais mesclados à informação seguramente documentada, incorporação de detalhes pitorescos e da vida cotidiana, estilo cuidado, narrativa fluída, num diálogo com o hipotético leitor, inspirado também pelo jornalismo. Nem é de se desprezar a prática de deixar fluir a cons-

ciência do escritor na caracterização do personagem visando à produção de um efeito de realidade (Schmidt, 1997). Aos historiadores e preservadores da disciplina histórica, cabe a tarefa de eliminar a mescla entre biografia e romance, de estabelecer referências documentais e empíricas seguras, de preocupar-se com a verdade ou as verdades, pelo uso de “provavelmente”, “talvez”, “pode-se presumir”, “acredita-se que” etc. (p. 10).

Em todos os autores, que vêm fazendo reflexões sobre o tema, persiste o grande problema que é o de “desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto”, como foi mencionado, seja para revelar dimensões de problemas da pesquisa não perceptíveis nos enfoques macroscópicos, seja na comprovação ou refutação de hipóteses.

A meu ver, trata-se de cultivar um gênero que comporta, em primeiro lugar, a sedução do historiador pelo personagem, por sua vida de alguma maneira considerada excepcional e digna de ser o centro de um estudo, por revelar aspectos ainda não abordados pela historiografia

voltada para o macro, ou por permitir a visualização da tensão entre indivíduo e sociedade. Seja pela abordagem dos sentimentos, do inconsciente, da cultura, da vida privada, do cotidiano ou, mais adequadamente, como “um *locus* no qual uma incoerente e freqüentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem”, como afirmou Bourdieu em *A ilusão biográfica* (1976), e que permitem alcançar o sujeito para além de uma constância, a si mesmo verdadeiramente inatingível, para dar conta de um sujeito fracionado e múltiplo, tal como se apresenta aos olhos sensíveis do historiador.

Esse direcionamento permite que se busquem estabelecer as articulações “entre vida pública e vida privada, entre cotidiano e não-cotidiano, entre atos racionais e motivações irracionais” (Schmidt, 1997). Eixos analíticos importantes podem ser traçados então em função de família, estudos, trabalho e militância.

Persiste ainda, todavia, a questão ética que, independentemente das ameaças no âmbito da justiça, precisam ser

levadas em conta, quando o historiador se apropria da memória do biografado, expondo seus segredos, suas mazelas, suas contradições.

Na mesma linha de reflexão, pode-se situar Franco Ferrarotti cujas reflexões se dirigem para a abordagem estruturalista das relações entre indivíduo e sociedade nos estudos biográficos, afirmando que “uma vida é uma prática que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais) as interioriza e as retransforma em estruturas psicológicas por sua atividade de desestruturação-reestruturação” (*Histoire et histoires de vie*, 1990).

Se o enquadramento nos parece excessivo, é bom salientar que o autor minimiza a rigidez ao apresentar a vida humana como “síntese horizontal de uma estrutura social”, mas recusa o determinismo mecânico entre história social e história de vida. Atribui ao sujeito um papel ativo ao insistir em que “Longe de refletir o social, o indivíduo se apropria dele, o mediatiza, filtra e retraduz projetando-o em uma outra dimensão(...)”, a de sua subjetividade, al-

cançando assim a definição do indivíduo como síntese individualizada e ativa de uma sociedade (Ferrarotti, 1990).

Deste ponto de vista, o relato biográfico deixa de ser uma série de anedotas para centrar-se na ação social do indivíduo, na sua relação com a sociedade, análise que sugere a partir de ancoragens antropológicas e sociológicas.

Nessa perspectiva, a biografia será entendida como uma leitura do social no qual se estabelecem relações entre um indivíduo e o tempo sócio-histórico, articulando biografia e sociedade (Abreu, 1998). Esta é a principal ênfase da atual releitura do gênero biográfico cujas diretrizes estão nas obras de Lejeune, Bourdieu e Le Goff.

Lejeune e o pacto autobiográfico

As reflexões de Lejeune sobre o estatuto da autobiografia como texto literário passam pela comparação entre este gênero e a biografia e acabam por ser úteis à historiografia, na medida em

que a teoria literária é chamada a integrar uma relação transdisciplinar da História.

A questão central por ele abordada consiste na relação entre o autor e o leitor num “contrato de leitura” também denominado “pacto autobiográfico”. Em análise bastante sofisticada das tramas presentes na elaboração do relato autobiográfico, que incluem a relação do narrador consigo mesmo enquanto personagem, Lejeune chega a uma tipologia do gênero biográfico como “texto referencial” que, por suas exigências no campo da disciplina histórica, necessita se submeter a uma prova de verificação. Nela está presente não apenas a verossimilhança, “efeito do real”, assim como a maior ancoragem possível ao real, que lhe serve de referência. Como texto referencial inclui, portanto, uma “definição do campo real visado e um enunciado de modalidades e do grau de verossimilhança que o texto pretende” (1998, p.36).

Mas a principal contribuição de Lejeune consiste no alerta sobre a relação de identidade que se estabelece entre o autor e o biografado, implícita, inde-

terminada ou explícita como num ajuste de contas. Em todos os casos, em maior ou menor grau, o *eu* se torna o *outro*. É este o pacto que esse estabelece nos textos literários de tipo autobiográfico, entre o narrador e o personagem narrado e que pode ser transposto para o terreno da biografia.

Na mesma direção, Bourdieu (1996) irá alertar seus leitores sobre as armadilhas do gênero, com a tônica analítica voltada, porém, para as relações entre indivíduo e sociedade.

Bourdieu e o habitus

Tomarei como base as considerações de Bourdieu feitas sobre a “ilusão biográfica” e apresentadas em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1986, p.69-72) e republicadas em *Usos e abusos da História Oral*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (1996). Além disso, o diálogo que com ele estabeleceu Giovanni Levi, em *Les usages de la biographie* (1989), publicado também no mesmo volume.

O núcleo de sua análise reside na teoria da práxis construída em relação aos campos, ou seja, os “domínios específicos da vida social”. Em suas diversas obras alerta para a inexistência de uma “seqüência cronológica e lógica dos acontecimentos e ocorrências da vida de uma pessoa”, numa linha construtivista que postula a linearidade progressiva e a causalidade como construções *a posteriori*. Desde 1968, quando publicou o *Métier de Sociologue*, com Passeron e Chamboredon, Bourdieu já se ocupava desse tema, que foi percorrendo ao longo de sua obra até chegar ao conceito de *ilusão biográfica*, ao defender a idéia de que o sentido de causalidade e sentido coerente é algo atribuído às ações humanas. Se o sentido global do sujeito escapa até mesmo à sua autopercepção, resta aos analistas recorrer à objetivação do *habitus* que decorre da interiorização do social pelo indivíduo, de modo estável, porém sujeito a modificações.

Habitus se torna, então, um con-

ceito a ser operacionalizado na biografia, na medida em que revela sistema de disposições socialmente constituídas que, em seu constante movimento estruturante, está na origem e unifica as práticas dos agentes sociais (*Economia das trocas simbólicas*, 1998).²

As marcas distintivas estão presentes no nome, no biológico e nas ações dos indivíduos, definindo trajetórias comuns nos campos nos quais se insere. Sua presença como diretriz da pesquisa permite situar os agentes sociais – os indivíduos – socialmente, pela trajetória diacrônica nos diversos campos. Tal procedimento metodológico permite escapar à ilusão biográfica pela construção de certos traços pertinentes, em termos de estratégias e injunções ocorridas em cada campo e que afetam diretamente os indivíduos, os quais se movimentam pelos traços do *habitus*, sujeitos a relações de poder.

Se tais colocações de âmbito sociológico permitem uma sofisticação da pesquisa, requerem do historiador uma

tomada de posição sobre o protagonismo individual e o grau de autonomia dos sujeitos individuais, ou sua vulnerabilidade diante das forças que operam nos campos nos quais eles se movem, testemunho da complexidade do trabalho de pesquisa.

Recorro aqui a Giovanni Levi (1996) que estabeleceu importante diálogo com Bourdieu em *Usos da biografia* e afirma a “irreducibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais”, embora aceite o estabelecimento da “superfície social” da ação dos indivíduos. Ainda assim, há que atentar para os elementos contraditórios, a fragmentação dos tempos e dos ritmos da vida dos indivíduos, pelos movimentos incessantes de retornos, idas e vindas que ocorrem numa rede de relações nas quais os indivíduos se definem.

Levi aproxima a teoria sociológica da valorização da ação individual ao analisar o jogo entre indivíduo e grupo, entre biografia e contexto, reconhecendo a existência de determinações das quais

² Para estas considerações sobre Bourdieu, vali-me sobretudo de sua interpretação por Montagner, 2007.

o indivíduo não consegue fugir, mas distingue um espaço de atuação individual, que é o espaço da liberdade e que se traduz em escolhas, as quais, ao evidenciam incoerências e conflitos, promovem a mudança social.

Le Goff e a Nova História

Dele veio grande renovação do gênero, com uma reflexão aprofundada das condições da escrita de um estudo biográfico sobre personagem relevante para a história da França, por meio da qual buscou compreender questões não respondidas para o século XIII. Este trabalho constituiu-se numa reflexão sobre a fabricação social, ou seja, as condições de formação da memória coletiva, sobre alguns aspectos do personagem biografado. Além disso, abordou a arquitetura de sua construção com as dificuldades, os limites e as especificidades. O resultado final é a reconciliação da biografia com a História que elege o indivíduo como centro de relações sociais e estabelece em lugar da linha, a rede e a interface dos

diversos planos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o expoente da terceira geração dos *Annales* apontou as dificuldades de cultivo do gênero aparentemente fácil e mostrou como é possível fugir de abordagens “anacronicamente psicológicas”, ou que utilizem com facilidade a noção de mentalidades ou o recurso ao anedótico.

Não faz concessões ao afirmar que os problemas enfrentados na escrita da História são os mesmos encontrados na elaboração de uma biografia cujo percurso compreende a proposição de um problema, a crítica das fontes, o tratamento na duração longa o suficiente para comportar a dialética da continuidade e da mudança, a tônica na explicação, o distanciamento do historiador em relação à questão tratada (*São Luis*, 1999 p. 14).

Neste magistral trabalho encontra-se a tradição historiográfica cujo ponto de partida está na concepção de uma história global e que a partir daí considera o indivíduo como “sujeito globalizante”, em torno do qual se organiza todo o cam-

po da pesquisa” (p. 15), ainda que reconheça ser utópica a busca de um conhecimento integral do indivíduo: lacunas na documentação, silêncios, descontinuidades, incoerências estão sempre presentes.

Dialogando com a literatura, vê no procedimento biográfico a necessidade de produção de “efeitos do real”, que aproximam o trabalho do historiador ao do romancista, pois eles são obtidos pela escrita, pelo estilo e pelo trabalho com as fontes (p.16). Resguarda, assim, o historiador das possíveis tentações .

Os aportes dos *Annales* são refinados pelo diálogo que estabelece com Bourdieu, Passeron e Giovanni Levi: endossa a tese da “ilusão biográfica” e vai mais longe, apontando o perigo da “utopia biográfica” que nada mais seria que o empenho em não deixar escapar nenhum detalhe insignificante (p.18). Seguindo os passos de Levi (1996), alerta para a armadilha da “cronologia ordenada”, da “personalidade coerente e estável, das ações sem inércia e das decisões sem incertezas” (p.18), ainda mais em se tratan-

do de seu biografado, cuja vida se faz revestir de brumas .

Além da fuga dessa ilusão, foge também dos determinismos afirmando que “*São Luís* não vai imperturbavelmente em direção a seu destino de rei santo, nas condições do século XIII e segundo os modelos dominantes de seu tempo. Ele se constrói a si mesmo e constrói sua época tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, hesitações, escolhas” (1999, p.18).

Mas o mais significativo de suas posições teórico-metodológicas consiste na constante busca da afirmação da liberdade individual manifesta nas escolhas realizadas pelos indivíduos diante de possibilidades. Assim como Levi (1996), postula a liberdade de que dispõem os agentes diante de sistemas normativos que também apresentam contradições. Nos interstícios, as escolhas individuais (p.19). Recorre a Bourdieu em *Coisas ditas* (2004), para afirmar que o indivíduo só existe numa rede de relações sociais diversificadas e esta diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo.

Uma última questão: a relação do biografado com o tempo apresenta perspectivas próprias de cronologia e periodização, ao postular a articulação entre o tempo da biografia e os tempos da História em seus diferentes ritmos. Lembrando Marc Bloch, afirma que “os homens são mais filhos de seu tempo do que de seus pais” (1997). E encerra com a tese de Borges: “Um homem não está verdadeiramente morto senão quando o último homem que o conheceu está também morto” (p.24-25).

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves De. *Dicionário Biográfico: a organização de um saber*. Caxambu, II Encontro Anual da ANPOCS, 1998.

ARTIÉRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, n.21, 1998.

BLOCH, MARC. *L'étrange défaite: témoignage*. Paris: Gallimard, 1990.

_____. *Apologie pour l'histoire ou Mé-tier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1997.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Les histoires de vie*. Paris: Anthropos, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2002.

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. L'illusion biographique, p.60-72, 1986.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta De Moraes; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

_____. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, Trad. de Sérgio Miceli, 1998.

CANDAR, Gilles. Le statut biographique. *Bulletin d'information scientifique*. Correspondences. IRMC, 61, 2000. Disponível em: www.irmcmagreb.org .

CARLYLE, Thomas. *Os heróis e o culto dos heróis*. São Paulo: Cultura Moderna, [s.d.].

CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise*. L'histoire entre certitudes et inquiétude. Paris:

Albin Michel, 1998.

CHAUNU, Pierre. *Histoire quantitative, histoire serielle*. Paris: Armand Colin, 1978.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Trad. de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Lisboa: Ed. ASA, 1994.

FERRAROTTI, Franco. *Histoire et histoires de vie*. La méthode biographique dans les sciences sociales. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.

FERREIRA, Marieta Moraes ; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. *A soma e o resto*. [S.N.], 1989.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.167- 82. (8.ª ed., 2006).
_____. *Le pouvoir du village*. Paris: Gallimard, 1989.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-84.

LEWIS, Oscar. *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes, 1970.

MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste em France*. Paris: Gallimard, 1992.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1956.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

PINEAU, Gaston. *Pratiques de formation*. Montreal: Andyre, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p.3-21, 1997.

_____. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v.6, p.165-92, 1996.